



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Maria Elisângela de Souza da Silva

**Práticas pedagógicas inclusivas para crianças e adolescentes com deficiência em
contexto de acolhimento institucional**

MOSSORÓ

2025

Maria Elisângela de Souza da Silva

**Práticas pedagógicas inclusivas para crianças e adolescentes com deficiência em
contexto de acolhimento institucional**

TCC apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado

Orientador: Prof. Ms. Valquiria Melo Souza
Correia.

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S586 p Silva, Maria Elisângela de Souza da.

Práticas pedagógicas inclusivas para crianças e adolescentes com deficiência em contexto de acolhimento institucional / Maria Elisângela de Souza da Silva. - 2025.

26 f. : il.

Orientadora: Valquiria Melo Souza Correia. Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, 2025.

1. Acolhimento Institucional. 2. Criança. 3. Adolescente. 4. Deficiência. 5. Inclusão. I. Correia, Valquiria Melo Souza, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

RESUMO

As instituições de acolhimento têm como finalidade proteger crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar e promover práticas pedagógicas inclusivas voltadas a esse público em situação de acolhimento institucional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, no Acolhimento Institucional para Adolescentes (AIA), localizado na cidade de Mossoró/RN. A investigação possibilitou conhecer parte da vivência de uma criança e uma adolescente com deficiência, ambas acolhidas na instituição e, posteriormente, desenvolver práticas pedagógicas inclusivas voltadas a contribuir para o desenvolvimento de cada uma. Os resultados evidenciam a relevância dessas práticas para o processo de aprendizagem e para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes com deficiência, especialmente quando se trata de sujeitos com direitos violados e afastados do convívio familiar. Tais práticas buscam promover autonomia, participação ativa e valorização de cada criança e adolescente em seu percurso educacional.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Deficiência; Criança e adolescente; Inclusão

ABSTRACT

The purpose of foster care institutions is to protect children and adolescents who are victims of rights violations. In this context, this study aims to analyze and promote inclusive pedagogical practices aimed at this population in institutional care. To this end, exploratory research was conducted using a qualitative approach at the Institutional Shelter for Adolescents (AIA) located in the city of Mossoró, Rio Grande do Norte. The investigation provided insight into the experiences of a child and an adolescent with disabilities, both of whom were sheltered at the institution, and subsequently led to the development of inclusive pedagogical practices aimed at contributing to the development of each individual. The results highlight the relevance of these practices for the learning process and the integral development of children and adolescents with disabilities, especially when it comes to individuals whose rights have been violated and who have been removed from their family environment. Such practices seek to promote autonomy, active participation, and appreciation of each child and adolescent in their educational journey.

Keywords: Institutional care. Disability. Children and adolescents. Inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
	2.1 Crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional: aspectos sócio-históricos e demandas educacionais	10
	2.2 Crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional no Brasil.....	11
	2.3 Demandas educacionais de crianças e adolescentes com deficiência em cenários de violações de direitos	12
3	METODOLOGIA.....	14
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
	4.1 Local da pesquisa.....	15
	4.2 Perfil das participantes.....	16
	4.3 Descrição das práticas realizadas no AIA.....	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICES	25

1 INTRODUÇÃO

A infância é amplamente reconhecida como a fase mais importante para o desenvolvimento humano, abrangendo aspectos biológicos, sociais e cognitivos. Nesse processo, a família e o meio social em que a criança está inserida exercem uma influência significativa em sua formação (Alhadas, 2021).

Dessa forma, ao nos referirmos a crianças e adolescentes com deficiência em situação de acolhimento institucional, estamos tratando de sujeitos que, em muitos casos, já vivenciaram experiências marcadas por múltiplas violências, tais como o abandono, a violência física, sexual, psicológica e diversas outras formas de violação de direitos. Essas vivências fragilizam ainda mais o desenvolvimento, principalmente quando somadas à ausência de vínculos familiares protetivos e à estigmatização social da deficiência.

Além das vivências de violação de seus direitos, crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional enfrentam diversos preconceitos e barreiras sociais que dificultam sua reintegração familiar e comunitária. Muitos deles não retornam para suas famílias de origem ou extensa e tampouco são adotados, permanecendo por longos períodos em espaço institucional. Desse modo, torna-se urgente refletir sobre as práticas e ações voltadas à inclusão desse público, constantemente invisibilizado nas políticas públicas e nos debates sociais.

Nesse contexto, o acolhimento institucional se configura como uma medida provisória e excepcional de proteção, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), com o objetivo de garantir a integridade física e emocional das crianças e adolescentes, preservando, sempre que possível, o direito à convivência familiar e comunitária. Assim, as instituições de acolhimento devem oferecer uma estrutura semelhante à de uma residência, respeitando os parâmetros definidos pelos documentos normativos quanto à quantidade de acolhidos, aos espaços físicos e à qualidade das relações estabelecidas no cotidiano institucional. (Brasil, 1990).

Conforme as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento Institucional para Adolescentes (2009), o atendimento inclusivo e de qualidade deve ser ofertado nos serviços com respectivas estratégias diferenciadas para o atendimento a demandas específicas, mediante acompanhamento de profissional especializado.

Ademais, a articulação com a política de saúde, de educação, esporte e cultura deve garantir o atendimento na rede local a estas crianças e adolescentes, qualificação e apoio necessário aos educadores/cuidadores e demais profissionais atuantes neste espaço. Esses

princípios são importantes para a garantia de um atendimento individualizado e personalizado, com estratégias metodológicas adequadas às necessidades dos(as) acolhidos(as). Além disso, todos os equipamentos da rede socioassistencial devem, ainda, respeitar as normas de acessibilidade, de maneira a possibilitar o atendimento integrado a usuários com deficiência.

Portanto, de acordo com Acioli *et al.*, (2018) e Souza (2014), essas instituições devem assegurar ambientes afetivos e acolhedores, com quartos adequados, rotinas de alimentação e descanso similares àquelas vivenciadas em contextos familiares, e promover o convívio saudável entre os acolhidos. Além disso, espera-se que o atendimento seja protetivo, pautado em práticas pedagógicas alinhadas aos direitos previstos no ECA, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social, motor e acadêmico das crianças e adolescentes com deficiência.

Diante disso, as práticas pedagógicas inclusivas podem representar uma maneira potencial para promover o desenvolvimento integral e a participação social desses sujeitos, minimizando os efeitos das experiências de exclusão e violação de direitos vividas anteriormente. Dessa forma, surge a pergunta que orienta este estudo: *como as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência em situação de acolhimento institucional?*"

A partir dessa indagação, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar e promover práticas pedagógicas inclusivas direcionadas a crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional e, como específicos, busca: diagnosticar as necessidades pedagógicas de crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional; desenvolver coletivamente estratégias pedagógicas inclusivas alinhadas aos princípios do atendimento educacional especializado (AEE) e às diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e; avaliar os resultados das ações implementadas, considerando o impacto no processo de aprendizagem.

Diante disso, a relevância deste estudo reside na possibilidade de aprofundar a compreensão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto, com ênfase no município de Mossoró-RN, bem como de evidenciar caminhos para uma atuação mais sensível, comprometida e transformadora junto a sujeitos em situação de risco, vulnerabilidade social e violação de direitos. Além disso, essa pesquisa busca desenvolver coletivamente estratégias pedagógicas inclusivas alinhadas aos princípios do atendimento educacional especializado (AEE) e às diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que possam contribuir com a especificidade dessas crianças e adolescentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional: aspectos sócio-históricos e demandas educacionais

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil perpassa uma construção sócio-histórica marcada por cenários de exclusão, desigualdades e diversas desproteções sociais. Desse modo, insta pontuar que o Código de Menores criado no ano de 1927, foi um marco na legislação brasileira cujo objetivo era proteger crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. No entanto, não foi bem assim que aconteceu, pois o Código de Menores tratava as crianças e adolescentes como “delinquentes e pervertidos”, fazendo uso de métodos autoritários, com o foco em punições e mudanças com intuito de corrigi-las e isolá-las da sociedade (Rizzini, 2011).

Com o passar dos anos as instituições as quais eram vistas como “depósito de crianças pobres”, adquirem um novo significado social de espaço de proteção especial e necessário, diferenciado do modelo institucional de internatos que acabava promovendo o isolamento social (Rizzini, 2011). Posto isso e, em conformidade com lutas e movimentos sociais aprofundados no processo democrático do Brasil, tem-se a legitimação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, como um marco na defesa do direito a proteção integral na infância e adolescência. Para o ECA, crianças estão inscritas na idade de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 18 anos inconclusos.

Com essa legislação, as instituições foram ressignificadas, os quais visam acolher, defender e assegurar a todas as crianças e os adolescentes, independentemente de sua classe social, raça, etnia, gênero, dentre outras expressões de diversidade e identidade. Portanto o ECA prevê o acolhimento institucional como medida de proteção integral a crianças e adolescentes. (BRASIL, 1990). Além disso o ECA “[...] veio concretizar os novos direitos das crianças e dos adolescentes, apresentando um caráter inovador e de ruptura com a tradição nacional” (Torres, 2004, p. 241). Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), para garantia da excepcionalidade, provisoriedade e redução de danos na vida dessas crianças e adolescentes, define a temporalidade ideal da medida protetiva:

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017) (Brasil, 1990)

Com isso, nota-se o quanto as instituições de acolhimento se modificaram ao longo do contexto histórico, ultrapassando rupturas e métodos autoritários. E como apontam os autores Barker e Rizzini (2002), para propiciar o desenvolvimento humano em todas as dimensões, é necessário construir espaços repletos de afeto, que ofereçam segurança e que se mantenham constantemente atentos ao interesse real da criança/adolescente.

Como destaca Gulassa (2010), a segurança da criança/adolescente acolhida é construída pelo vínculo que estabelecem os com profissionais, principalmente com os educadores/monitores, pois estes se tornam referência para suas vidas. Destarte, é notório o quanto é primordial que nas instituições de acolhimento tenham um atendimento humanizado, com olhar sensível as barreiras as quais essas crianças e adolescentes já enfrentaram buscando servir como uma ponte de direitos e oportunidades.

2.2 Crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional no Brasil

Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas do convívio social, do acesso ao conhecimento e ao pleno exercício da cidadania. Como destacam Mazzotta (1996) e Jannuzzi (2012), por muito tempo, sujeitos com deficiências, transtornos ou síndromes foram excluídos do direito de aprender, conviver e viver dignamente. A deficiência era vista como um “mal” específico à pessoa, o que justificava, sob um olhar excludente e preconceituoso, seu isolamento social e familiar. Apesar dos avanços legais e sociais, fragmentos dessa visão ainda persistem, revelando o quanto a luta por inclusão e equidade continua sendo urgente e necessária.

Entretanto, é fundamental reafirmar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que qualquer outro cidadão: o direito de estudar, brincar, conviver socialmente e exercer sua autonomia. Essa garantia está consagrada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Segundo a LBI, considera-se pessoa com deficiência aquela que possui “impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. A partir dessa concepção, a deficiência deixa de ser compreendida como um atributo puramente individual e passa a ser entendida em sua interação com o meio, exigindo, portanto, respostas sociais e políticas contextualizadas e inclusivas.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui cerca de 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 7,3% da população com dois anos ou mais (IBGE, 2022). Ainda que os dados oficiais mais recentes do Censo Demográfico não tenham sido atualizados, o Censo Escolar de 2024 aponta um crescimento expressivo nas matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), indicando um movimento positivo em direção à inclusão escolar. No entanto, a realidade mostra que esse processo ainda é permeado por inúmeros desafios, sobretudo quando se trata de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

Segundo informações do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), coletadas em julho de 2025, o Brasil contabiliza 34.444 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Dentre esse total, 93,3% não possuem deficiência, enquanto 4,7% são pessoas com deficiência, sendo a maioria com deficiências físicas e intelectuais. Esses dados revelam não apenas a presença significativa desse público nas instituições de acolhimento, mas também a necessidade urgente de ações específicas que garantam sua proteção, inclusão e desenvolvimento integral.

Nesse sentido, promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência requer, como aponta Serra (2006), uma mudança de postura, a quebra de paradigmas e a adoção de práticas pedagógicas que assegurem educação de qualidade, atendimento individualizado, garantia de permanência na escola e participação social efetiva. A educação inclusiva não deve ser entendida apenas como uma adaptação do ensino regular, mas como uma proposta transformadora, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade humana.

Reforçando esse compromisso, o artigo 1º da LBI estabelece que: “*É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.*” Compreende-se, desse modo, que é dever do Estado, da família, da sociedade e das instituições de acolhimento assegurar a proteção contra qualquer forma de preconceito ou discriminação, garantindo que crianças e adolescentes com deficiência tenham seus direitos plenamente respeitados, inclusive no ambiente institucional.

2.3 Demandas educacionais de crianças e adolescentes com deficiência em cenários de violações de direitos

Refletir sobre as demandas educacionais de crianças e adolescentes com deficiência requer, primeiramente, reconhecê-los como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento ganha centralidade com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que consolidou a doutrina da proteção integral e reafirmou o direito à educação como um dever do Estado e da família, voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania.

Embora o direito à educação esteja formalmente assegurado, sua efetivação, especialmente para crianças e adolescentes com deficiência, ainda enfrenta inúmeros desafios. Como afirma Queiroz (2013), a história da educação no Brasil revela um percurso de exclusões e omissões, marcando a educação como um direito historicamente marginalizado e de difícil implementação em sua forma mais inclusiva e equitativa.

Cury (2008) ressalta que a educação deve preparar o sujeito para a vida em sociedade, oferecendo condições para sua autonomia e inserção social. No entanto, a ausência de políticas públicas eficazes, a escassez de investimentos e o despreparo de profissionais evidenciam que esse ideal ainda está longe de ser alcançado para os sujeitos com deficiência, sobretudo quando se encontram em contextos de violação de direitos, como o acolhimento institucional.

Sudário e Moreno (2022) destacam o papel da escola na socialização e na proteção das crianças acolhidas, chamando atenção para a necessidade de uma articulação sólida entre as instituições de acolhimento e os espaços escolares, a fim de garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo e atento aos riscos e vulnerabilidades. Já Deslandes (1994) aponta que as violações contra crianças e adolescentes com deficiência não se restringem às formas interpessoais, mas também se expressam em falhas nos processos de comunicação institucional, dificuldades relacionais em família e ausência de redes de cuidado e proteção.

Dados do UNICEF (2021) revelam que há cerca de 240 milhões de crianças com deficiência no mundo e que, em diversos indicadores de bem-estar, elas estão em desvantagem em relação às demais. Estudos realizados em países mais desenvolvidos apontam que essas crianças apresentam risco significativamente maior de sofrer violência física, sexual e emocional. Segundo o relatório de 2013 do mesmo organismo, o risco de violência física é 3,6 vezes maior, e o de violência sexual, 2,9 vezes maior entre crianças com deficiência, quando comparadas às sem deficiência.

Nacionalmente, esse cenário se agrava com a precariedade dos serviços públicos, a escassez de políticas de apoio à família e a ausência de preparo técnico e sensibilidade por parte de muitos profissionais da educação e da saúde. Como discutem Gonzalvo (2002) e Barros

(2014), a falta de formação específica e de compreensão sobre as múltiplas dimensões da deficiência contribui para a invisibilidade e a continuidade de práticas excludentes.

Neste sentido, a falta de serviços de apoio à família e o despreparo de profissionais da educação e da saúde, quer pela precariedade de conhecimento ou de compreensão sobre deficiência, são fatores que podem contribuir para que o quadro de violência contra esses sujeitos se intensifique e permaneça invisibilizado em nossa sociedade (Gonzalvo, 2002; Barros, 2014).

Essas dificuldades refletem no processo de escolarização. Como observado na presente pesquisa crianças e adolescentes com deficiência enfrentam com frequência, desafios significativos no desenvolvimento da leitura da escrita, e consequentemente apresentam defasagens escolares ao passar dos anos. Desse modo, a ausência de acompanhamento pedagógico contínuo, a fragmentação dos atendimentos e, sobretudo, a negligência na oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas também dificultam seu progresso educacional e sua permanência qualificada no ambiente escolar.

Além disso, o preconceito ainda é um entrave à inclusão. Barros (2014) ressalta que persistem visões estigmatizantes que reduzem o sujeito com deficiência à sua limitação, dificultando a construção de uma proposta pedagógica que valorize suas potencialidades e respeite seu tempo de aprendizagem. Isso é ainda mais grave no caso de crianças acolhidas, que já carregam um histórico de rompimento de vínculos e traumas, exigindo um olhar particular que considere a sobreposição de vulnerabilidades em suas vidas.

Gallardo (2010) nos alerta que os direitos humanos não se realizam plenamente por meio de conciliações formais, mas exigem transformações estruturais que promovam reconhecimento, solidariedade e justiça social. Isso implica uma ação coordenada entre Estado, escola e instituições de acolhimento, que garanta não apenas o acesso à educação, mas a construção de um percurso educativo significativo, acolhedor e transformador.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa (Minayo, 2000), ancorada na busca por compreender os sentidos que foram atribuídos às práticas pedagógicas no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes com

deficiência. Para tanto, a presente pesquisa foi de caráter exploratório, aplicada em uma Instituição de Acolhimento para Adolescentes (AIA), localizada na cidade de Mossoró/RN.

Desse modo, no que tange a técnica utilizada, foi possível realizar uma análise da realidade institucional, e em seguida elaborar e aplicar algumas práticas pedagógicas inclusivas para o público participante. Nesse contexto, os participantes da pesquisa, foram uma criança de 10 anos e uma adolescente de 13 anos, ambas acolhidas na instituição.

As observações e práticas foram realizadas dentro da instituição de acolhimento, com cerca de 30 minutos para cada participante, os quais foram articuladas por um compromisso ético em valorizar as experiências de cada criança e a da adolescente. Nesse mesmo sentido, as análises foram sistematizadas a partir de registros em diário de campo, considerando aspectos como a interação com os profissionais, o envolvimento nas atividades pedagógicas e os desafios enfrentados no processo de aprendizagem.

As práticas pedagógicas descritas neste estudo foram realizadas com o consentimento da direção da unidade, que detém a guarda legal das acolhidas e com o assentimento livre e esclarecido das participantes, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Todos os nomes e dados que pudessem identificar as participantes foram omitidos, assegurando a privacidade e a integridade das mesmas. Por fim, utilizou-se a análise de conteúdo neste estudo, pois permite ao pesquisador captar nuances que não seriam detectadas em abordagens quantitativas (Bardin, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Acolhimento Institucional para Adolescentes (AIA), localizado em Mossoró/RN, instituição voltada a acolher e proteger adolescentes de ambos os sexos, entre 12 e 18 anos, vítimas de violações de direitos fundamentais (Mossoró, 2017). O AIA atua em conformidade com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assegurando a proteção legal e o acesso a direitos básicos, incluindo o direito à educação.

A instituição é composta por uma equipe profissional de direção, equipe técnica, cuidadores sociais, e sua infraestrutura compõe de quartos, sala de estar, sala de jantar, ambiente para estudos, banheiro, cozinha, área externa com jardim, quintal, sala para a equipe técnica/coordenação e sala de reuniões (BRASIL, 2009).

4.2 Perfil das participantes

Com objetivo de analisar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas e seus impactos no processo de escolarização e no desenvolvimento integral, foram identificadas as vivências de uma criança e uma adolescente com deficiência acolhidas na instituição.

Os resultados apresentados foram organizados com base na observação, registro de intervenção e análise documental. Logo, para preservar a identidade das participantes, seus nomes foram substituídos por fictícios. A pesquisa envolveu duas meninas, cujas trajetórias revelam a influência direta das violações de direitos sobre seu desenvolvimento biopsicossocial e escolar.

A primeira participante **Julia Oliveira**, tem 10 anos e aguarda atendimento com neuropediatra para início do processo de identificação diagnóstica. A segunda, participante **Micaela Silveira**, tem 13 anos e possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ambas foram encaminhadas ao AIA em decorrência de situações de negligência, que afetaram seu acesso à educação e a serviços especializados de saúde e apoio.

Julia foi encaminhada ao acolhimento após suspeita de negligência e violência física no ambiente familiar. Antes disso, já havia passado por acolhimento em outro estado e vivenciado violações como exposição a trabalho precoce. Embora estivesse matriculada na escola, apresentava baixo rendimento escolar e dificuldade no reconhecimento de letras, acumulando defasagens significativas para sua idade. Após o acolhimento, passou a frequentar atividades escolares, mas, por não possuir diagnóstico formal, não foi inserida no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Atualmente, recebe acompanhamento psicológico, mas carece de estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades.

Micaela, por sua vez, possui diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e foi acolhida devido à negligência nas áreas de educação e saúde, além de baixa socialização comunitária. Antes do acolhimento, apresentava baixa assiduidade escolar, não participava de AEE, de tal modo, não tinha acesso a acompanhamentos especializados compatíveis com seu diagnóstico. Essa lacuna comprometeu seu desenvolvimento escolar e social. Após o acolhimento, retornou à escola, foi inserida no AEE e passou a realizar atendimentos de psicológicos e de fonoaudiologia, estando no aguardo de referenciamento para terapia ocupacional. No contexto educacional, apresenta dificuldades em leitura, escrita, e desempenho geral em atividades escolares.

4.3 Descrição das práticas realizadas no AIA

Em vista disso, foram elaboradas práticas pedagógicas inclusivas alinhadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), voltadas às necessidades específicas de cada participante e planejadas para contribuir para seu desenvolvimento cognitivo, pessoal, social e educacional.

A Figura 1 apresenta uma síntese visual das práticas desenvolvidas com crianças e adolescentes em acolhimento institucional, destacando os recursos e estratégias adotados para promover avanços na aprendizagem e na autonomia.

Figura 1: Práticas pedagógicas desenvolvidas com criança e adolescente em acolhimento institucional



Fonte: Registros fotográficos organizados pela autora a partir da pesquisa realizada (2025).

As práticas pedagógicas adotadas nesta pesquisa encontram justificativa no marco legal e pedagógico da educação inclusiva no Brasil, especialmente na Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que orientam a utilização de recursos, serviços e estratégias diferenciadas para assegurar a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é previsto como suporte indispensável, complementar e articulado ao ensino regular, tendo como objetivo identificar, elaborar e organizar práticas pedagógicas acessíveis que eliminem barreiras ao processo de escolarização. A escolha de atividades lúdicas, como jogos de memória, alfabetos móveis e quebra-cabeças, fundamenta-se na compreensão de que tais recursos ampliam a motivação, estimulam múltiplas habilidades cognitivas e possibilitam a aprendizagem significativa.

Além disso, em conformidade com o ECA (Lei nº 8.069/1990), que garante o direito fundamental à educação e à proteção integral, entende-se que crianças e adolescentes em acolhimento institucional necessitam de estratégias pedagógicas que considerem suas histórias de vida, vulnerabilidades e potencialidades, assegurando não apenas acesso, mas também permanência e êxito escolar. Dessa forma, as práticas realizadas cumprem um papel não apenas instrucional, mas também social, ao reforçar vínculos, autoestima e autonomia, em consonância com os princípios de equidade e inclusão.

Nesse contexto, apresentam-se a seguir as práticas pedagógicas desenvolvidas com cada participante da pesquisa, de modo a ilustrar como tais estratégias se materializaram no cotidiano institucional e quais avanços puderam ser observados a partir de sua aplicação.

a) Micaela Silveira (TEA)

Foram desenvolvidas duas atividades com foco em tais habilidades:

- **Objetivo:** Estimular escrita por meio de apoio visual e motor; promover o reconhecimento de numérico e a associação em quantidades.

- **Recursos:** Jogo quebra-cabeça móvel e jogo “Caça aos Números”.

Na primeira atividade, a participante explorou livremente o quebra-cabeça móvel, manipulando as peças antes de formar as palavras. Essa abordagem favoreceu a consciência fonológica e o reconhecimento das letras. Em seguida, participou do “Caça aos Números”, relacionando numerais às quantidades correspondentes, o que estimulou atenção, foco e raciocínio lógico. Apesar de avanços observados, seu baixo rendimento escolar reforça a importância da continuidade do AEE e dos atendimentos terapêuticos especializados.

b) Julia Oliveira (em avaliação diagnóstica)

Foram desenvolvidas duas atividades com foco em tais habilidades:

- **Objetivo:** Estimular a consciência fonológica e apoiar o processo de alfabetização.
- **Recursos:** Alfabeto móvel e jogo da memória.

Na primeira intervenção, Julia manipulou livremente o alfabeto móvel, o que permitiu formar o próprio nome e explorar a atividade com autonomia e criatividade. Já na segunda proposta de atividade, participou do jogo da memória com letras e imagens, que trabalhou atenção visual, memória e associação simbólica. Embora tenha demonstrado bom engajamento e desenvoltura, ainda apresenta grande dificuldade no reconhecimento e escrita de letras, o que aponta para a urgência de intervenções contínuas e do acesso ao AEE.

Em suma, as práticas pedagógicas realizadas com as participantes evidenciam o papel central do AEE como estratégia para potencializar o desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional. A utilização de recursos lúdicos e adaptados às necessidades individuais demonstra potenciais para avanços na leitura, na escrita, no reconhecimento numérico, na atenção e no foco; aspectos essenciais para a aprendizagem e para a autonomia. Contudo, os resultados também revelam que tais progressos dependem de um acompanhamento contínuo, planejado e integrado entre escola e instituição de acolhimento, de forma a garantir não apenas o acesso, mas a permanência qualificada no processo educacional, rompendo os obstáculos que limitam a inclusão escolar desse público.

Portanto, no Quadro 1, é possível observar as análises comparativas das práticas pedagógicas realizadas antes e depois com as participantes Julia Oliveira e Micaela Silveira na Instituição de Acolhimento para Adolescente (AIA).

Quadro 1 – Comparativo das práticas realizadas antes e depois com as participantes no AIA.

Aspectos observados	Julia Oliveira (10 anos - aguarda diagnóstico).		Micaela Silveira (13 anos – TEA).	
	Antes / Depois		Antes / Depois	
Situação escolar:	Matriculada na escola, no entanto apresentava baixo rendimento escolar	Voltou a frequentar atividades escolares.	Frequentava a escola, mas tinha baixa assiduidade.	Retornou à escola e participa ativamente das atividades escolares.
Acesso ao AEE:	Não foi inserida no AEE, devido não ter o diagnóstico formado.	Aguarda atendimento com Neuropediatra.	Não tinha Atendimento Educacional Especializado de acordo com suas limitações e diagnóstico.	Após ser acolhida começou o Atendimento Educacional Especializado.
Serviços de Saúde:	Não tinha atendimento.	Recebe acompanhamento psicológico e necessita de outros	Não tinha atendimento.	Começou acompanhamento com psicólogo e fonoaudiólogo.

		atendimentos cabíveis a suas necessidades.		
Limitações e dificuldades cognitivas:	Dificuldade no reconhecimento de letras e no contexto educacional.	Apesar do avanço nas práticas ainda possui dificuldades na leitura e escrita, evidenciando a importância do trabalho pedagógico contínuo.	Dificuldades em leitura, escrita e raciocínio lógico.	Demonstrou progressos em foco e interação com recursos lúdicos, embora seu desempenho escolar ainda exija suporte terapêutico e pedagógico articulado.
Práticas pedagógicas:	Não realizava.	Realizou as práticas pedagógicas utilizando os recursos didáticos alfabeto móvel e jogo da memória.	Não realizava.	Realizou a prática pedagógica utilizando os recursos jogo quebra-cabeça móvel e jogo “Caça aos Números”.
Desenvolvimento social e pessoal:	Contexto histórico de violência e trabalho precoce; baixa socialização.	Melhora no engajamento em atividades, mas ainda demonstra dificuldades aparentes.	Baixa socialização comunitária.	Engajamento gradual nas atividades escolares.

Fonte: Quadro construído pela autora a partir da pesquisa realizada (2025).

Em atenção aos aspectos detalhados no **Quadro 1**, observam-se avanços significativos no percurso escolar, social e terapêutico das participantes após a inserção das práticas pedagógicas no contexto do AIA. Em ambos os casos, observa-se que a inserção (ou reinserção) no ambiente escolar foi acompanhada por melhorias na frequência e no engajamento, embora persistam desafios no desempenho acadêmico, sobretudo no domínio da leitura e da escrita. O acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aos serviços de saúde consiste em um avanço na garantia de direitos e no suporte às suas necessidades específicas. As práticas pedagógicas aplicadas, adaptadas às particularidades de cada criança/adolescente, favoreceram o desenvolvimento de habilidades cognitivas e ampliaram a participação nas atividades escolares. Ainda assim, é preciso considerar que os progressos obtidos carecem de continuidade e articulação entre escola, serviços especializados e instituição de acolhimento, de modo a consolidar ganhos e reduzir as barreiras que limitam a inclusão plena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar e promover práticas pedagógicas inclusivas direcionadas a crianças e adolescentes com deficiência em acolhimento institucional, compreendendo a educação como instrumento de inclusão, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento pessoal. Os resultados indicam que a ausência de práticas pedagógicas adaptadas pode comprometer de forma significativa o desempenho cognitivo, social e educacional dessas crianças e adolescentes, ampliando barreiras já impostas pelas condições de vulnerabilidade e pelo afastamento familiar.

Em contrapartida, observou-se que práticas pedagógicas inclusivas, quando articuladas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), demonstram relevância para o desenvolvimento integral, sobretudo em casos de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tais práticas, ao dialogarem com as limitações existentes, tais como dificuldades de foco, atenção e aprendizagem, contribuem não apenas para avanços educacionais, mas também para a construção de autonomia e fortalecimento da autoestima.

As análises evidenciaram ainda que as violações de direitos e o rompimento dos vínculos familiares acarretam danos profundos no desenvolvimento emocional e cognitivo desse público, com impactos duradouros ao longo da vida. Diante disso, torna-se imprescindível a atuação de uma rede de apoio intersetorial, envolvendo profissionais da saúde, da educação e da assistência social, capaz de assegurar o direito à proteção integral e de favorecer condições para um desenvolvimento pleno.

Nesse sentido, as intervenções pedagógicas assumem papel estratégico, pois previnem agravamentos de dificuldades já existentes, ao mesmo tempo em que estimulam potenciais e singularidades. Para tanto, é fundamental que as instituições de acolhimento assumam o compromisso de implementar práticas inclusivas de forma sistemática e contínua, dentro e fora do espaço institucional, garantindo que cada criança e adolescente seja reconhecido em sua individualidade.

Conclui-se, portanto, que embora os resultados encontrados sejam promissores, a efetividade dessas práticas depende de sua continuidade e de sua articulação com políticas públicas de educação inclusiva. Isso se torna ainda mais urgente diante do fato de que crianças e adolescentes em acolhimento institucional frequentemente não contam com o apoio e a presença familiar, dependendo quase exclusivamente da atuação dos profissionais responsáveis pela sua proteção e cuidado.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel. *Et al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife*. Ciência e Saúde Coletiva, v. 23, n.2, p.529-542, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MZzcQygNtk53Wfb4ZHnPSVp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ALHADAS, Elisabete. *Primeira infância: A fase mais importante do desenvolvimento infantil*. 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.colegiovlorenca.com.br/blog/primeira-infancia-a-fase-mais-importante-do-desenvolvimento-infantil/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009**. *Dispõe sobre as Orientações técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Presidência da República, 2009

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Ministério dos direitos humanos e cidadania**. *Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc> Acesso em: 11 de jul. de 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. *Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS)*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, n. 98, p. 44-46.

BARKER, G.; RIZZINI, I. *Repensando o desenvolvimento infantil e juvenil no contexto de pobreza urbana no Brasil*. Revista O Social em Questão, Ano VI, n. 7, p. 7-22, 2002. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucbr.org/media/v6n07a02.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

BARROS, Ana Cláudia Mamede Wiering de. *Proteção e vulnerabilidade à violência familiar em crianças e adolescentes com deficiências*. Tese de Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher. Instituição de Ensino: Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca da Saúde da Mulher e da Criança, 2014.

CURY, Munir (coordenador). ***Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais***. 9. ed.atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

DESLANDES, SF. ***Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço***. *Cad Saude Publica* 1994;10(Supl. 1):S177-S187.

GULASSA, M. L. C. R. (Org.). ***Novos rumos do acolhimento institucional***. São Paulo: NECA, 2010.

GONZALVO, Gonçalo Olivan. ***Maltrato en niños con discapacidades: características y factores de riesgo***. *Anales Españoles de Pediatría*. Espanha, v.56, n.3, p.219-223, 2002.

GALLARDO, Helio. ***Derechos Discriminados y olvidados***. In: RUBIO, David Sanchez; FLORES, Joaquín Herrera; CARVALHO, Salo de (Orgs). ***Direitos Humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica***. *Anuário Ibero-americano de Direitos Humanos (2003/2004)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/direitoshumanos.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. ***Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviço de Ação Continuada (SAC): Relatório de Pesquisa número 01***. Brasília- DF: Ipea, 2004, 18p. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/abrigos.pdf> . Acesso em: 30 abr. 2018.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. ***A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI***. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JORNAL OFICIAL DE MOSSORÓ. ***Regimento interno AIA, Portaria n Nº 105/2017 – GP/CMM***. Mossoró, 2017.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. ***Educação especial no Brasil: história e políticas públicas***. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ***O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde***. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Laura; MOURO, Fabíola. ***Crianças e adolescentes com deficiência em situação de violência: cruzamento de conectores sociais***. Curitiba, PR, Brasil: Revista educação especial, 2021.

QUEIROZ, Elma Cristina Pessoa de. ***A Educação como Direito Fundamental para a Sociedade***. Brasília-DF, 2013. Universidade católica de Brasília.

RIZZINI, I.; ALMEIDA, N. ***A institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: anotações para uma agenda de política pública***. *Revista Saúde & DH*, ano 7, n. 7, p. 159-177, 2011.

RIZZINI, I.; ALMEIDA, N. ***Do confinamento ao acolhimento: institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: desafios e caminhos***. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

SERRA, Dayse. *Inclusão e ambiente escolar*. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Pereira dos Santos (orgs.). ***Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas***. São Paulo: Cortez, 2006, p. 31-44.

SUDÁRIO, M.; MORENO, G. ***Criança, escola e acolhimento institucional***. Teias, Rio de Janeiro-RJ, v. 23, n. 68, jan/mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.60916>

TORRES, M. J. C. ***A política municipal de atenção à criança e ao adolescente no município de Belém: uma breve incursão no período de 1993 a 2003***. In: NEVES, R. H.; QUINTELA, R.; CRUZ, S. *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém: 1997-2004*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. *Situação Mundial da Infância, 2013: Crianças com deficiência*. Relatório, 2013. Disponível em: https://www.americana.sp.gov.br/download/conselhos/cpa/manual/mcp013_relatorio_unicef_crianças_com_deficiencia_2013.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2025.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. *Uma em cada 10 crianças no mundo vive com deficiência, revela UNICEF*. Comunicado de imprensa, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/157795-uma-em-cada-10-crian%C3%A7as-no-mundo-vive-com-defici%C3%Aancia-revela-unicef> Acesso em: 22 de jul. de 2025.

APÊNDICES

Recursos do AEE utilizados nas práticas pedagógicas da pesquisa



